

PT acusa governador de possuir dólar irregular

A bancada do PT na Câmara Legislativa denunciou, ontem à tarde, o governador Joaquim Roriz de manter em seu poder, na residência oficial de Águas Claras, uma grande quantia em dólares sem registro do Banco Central. As acusações estão fundamentadas em um processo administrativo do Ministério Público — documento de caráter sigiloso — entregue aos parlamentares petistas, na última terça-feira, onde dois menores adotados pelo governador confessam ter roubado, entre agosto e outubro de 1992, 35 mil dólares de um armário da residência oficial. O mesmo documento foi encaminhado, pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude, ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho, e à Procuradoria Geral da República.

De acordo com o líder do PT na Câmara Legislativa, deputado Geraldo Magela, um dos menores confessou em depoimento perante promotores do Ministério Público ter sido torturado pela polícia. Em pronunciamento na sessão de ontem, o distrital petista revelou aos seus colegas ter obtido "cópias do

processo por vias oficiais".

Estranhos — O líder petista disse ainda ter estranhado o fato de o governador Joaquim Roriz, vítima de um furto de 35 mil dólares, não ter feito ocorrência policial para investigar o caso. "Formalmente não houve queixa. Os próprios promotores denunciam que a investigação foi feita ilegalmente". Segundo o processo, o diretor-geral da Polícia Civil, Eurípedes Barbosa, enviou relatório elaborado pelo delegado Laerte Rodrigues Bessa, narrando fato ilícito envolvendo os adolescentes. "A peça policial relata por menorizadamente as investigações realizadas pelo delegado Laerte, ao arrepio das normas legais reguladoras da atividade inquisitorial e das normas protetoras da infância e da juventude", aponta o documento.

De acordo com a deputada petista Lúcia Carvalho, os fatos só chegaram ao conhecimento da Promotoria em março de 1993 porque o pai dos menores, Ademar de Souza, foi comunicar o desaparecimento de um dos seus filhos "após ter sido levado por policiais civis, à

CPE, em razão de envolvimento em ato infracional de furto contra o governador". Ainda segundo a parlamentar, um dos menores em depoimento afirmou que "furtou algumas notas, todavia em quantidade tal que não fosse percebido". Os promotores concluíram, portanto, que se "constitui indício sugestivo da posse pelo governador de quantia vultosa de dólares".

No depoimento os dois menores garantem que com o dinheiro roubado, o pai comprou quatro carros: um Opala, um Santana, um Escort e um Fusca. Um deles confessou que foi obrigado a furtar os dólares pelo tio Terístocles de Souza, que ameaçou matar seu pai e o seu irmão. O processo confirma ainda que o próprio Terístocles resolveu denunciar o caso à polícia. "A investigação foi iniciada de forma arbitrária e ilegal", sustenta Magela. As cópias encaminhadas à CPI do Orçamento e à Procuradoria Geral foram assinadas por cinco promotores. O responsável pelo processo, contudo, é o promotor Guilherme Schelb.